Gesto de resistência

A nova lei do Parlamento europeu para os OMGs formaliza o descontentamento do público em relação a esses produtos

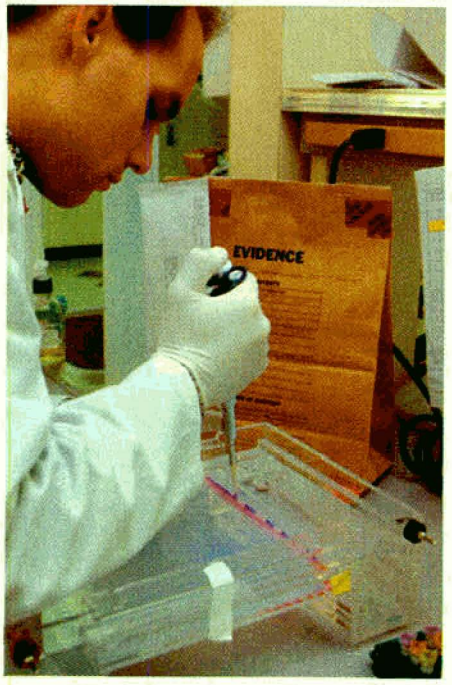
LUIZ ANTONIO PINAZZA

Em 1998, uma decisão radical do Parlamento europeu suspendeu todos os registros de aprovação de organismos modificados geneticamente – OMGs. A proibição frustrou os planos de pesos pesados da área de biotecnologia da estatura da Monsanto e da Syngenta AG da Suíça, que haviam investido intensivamente em pesquisa e desenvolvimento desses produtos.

Golpe na concessão de licenças

Desgastadas com o episódio da vaca louca, as autoridades sanitárias da União Européia tiveram que atender às exigências do público, temeroso dos prováveis efeitos colaterais de tais organismos sobre a saúde das pessoas e das plantas.

Foi um corte profundo e abrupto na concessão de licenças de OMGs, em rápida trajetória de ascensão: 18 cultivares transgênicos já haviam conseguido aprovação. Além disso, com o processo em vias de autorização para emprego comercial nos 15 países de União Européia, existiam nada menos de cerca de 14 produtos, onde se incluíam tomate, milho e beterraba. Sem esse impedimento, é provável que mais de cem produtos estivessem hoje autorizados.



Passados mais de três anos, a UE retoma a polêmica sobre o assunto. França, Dinamarca, Itália, Grécia, Áustria e Luxemburgo resistem em bloco e juntos bloquearam as aprovações da UE desde 1998, insistindo na manutenção da suspensão até que a Comissão Européia aprove leis para rastrear e rotular os transgênicos e seus derivados. Mas há outros países conservadores. No fundo todos insistem em que a Comissão apresente uma legislação rigorosa sobre localização e etiquetagem de OMGs.

Ação do Parlamento

O Parlamento agiu de modo pragmático ao aprovar, em 13 de fevereiro último, uma rígida lei de salvaguardas para as safras de OMGs.

As regras foram apresentadas pelo socialista britânico David Bowe; incluem forte fiscalização e rotulagem severa de sementes, alimentos e medicamentos. Para o caso dos genes de plantas e antibióticos que venham a causar reações alérgicas nos consumidores, está prevista uma proibição de oito anos.

Entre os membros do Parlamento,

338 votaram a favor da aprovação e 52 foram contra, havendo 85 abstenções. Os verdes preferiram abster-se, argumentando que as regras não garantem a continuidade da moratória sobre a aprovação de novas tecnologias.

Se por um lado a regulamentação está em sintonia com a proteção do meio ambiente e da saúde humana, por outro pode ser encarada como um incentivo à substituição do embargo.

Popularidade em baixa

Para completar o capítulo atual em torno da história dos OMGs, a CE anunciou que até o fim deste ano pretende divulgar as normas sobre responsabilidade ambiental e informações concernentes a origens e etiquetas.

Enquanto isso, caberá aos 15 governos da UE avalizar a regulamentação, num processo que poderá durar 18 meses. Nesse ínterim, a moratória prossegue, até porque a popularidade dos OMGs continua em baixa na Europa. Pesquisas recentes detectaram que a maioria da população considera os transgênicos uma ameaça à saúde.

INVESTIMENTO

Depois da crise

Peculiaridades e duas décadas críticas deixaram ao setor agropecuário uma herança de desafios

PAULO FAVERET FILHO, ERIKSOM TEIXEIRA LIMA E SERGIO ROBERTO LIMA DE PAULA

O BNDES começou a operar com o setor agropecuário no contexto da crise do Sistema Nacional de Crédito Rural. Até a década de 70 concentrara-se nos setores de infra-estrutura e indústria de base. Nos anos 80 e 90, em função da crise macroeconômica e da maturação do parque industrial brasileiro, o BNDES diversificou os setores apoiados. Entre os novos setores, a agropecuária e a agroindústria logo assumiram papel de destaque.

Peculiaridades do financiamento

Quando se examina o fluxo de financiamentos para o setor agropecuário, destacam-se alguns fenômenos.

- rápido crescimento entre 1990 e 1994, correspondente à criação do programa Finame Agrícola, que estendeu às máquinas agrícolas as mesmas condições dos financiamentos de máquinas e equipamentos industriais (prazos, taxas, rede de bancos comerciais e acesso a pessoas físicas), tendo o ano de 1994 marcado o auge do programa, com desembolsos totais de R$1,4 bilhão (a preços de dezembro de 1999) para o setor agropecuário;
- queda acentuada em 1995 e 1996 (-39% em relação a 1994), como reflexo da crise financeira do setor agrícola;
- lenta recuperação das linhas convencionais entre 1997 e 1999, compensada pelo grande volume de recursos aplicados através do Pronaf-Investimento, que é gerenciado pelo BNDES e repassado pelos agentes financeiros; na ausência do Pronaf, os desembolsos para a agropecuária teriam se recuperado de maneira mais lenta, sendo em 1999 ainda 23% inferiores ao máximo verificado em 1994.

Reflexos da crise

A participação do BNDES, incluindo o Pronaf-Investimento, nos financiamentos ao investimento do setor agropecuário cresceu bastante ao longo da década: passou de 10% em 1990 para 62% em 1999, tendo sido de 38% em 1994.

A principal explicação para a elevação da participação pós-1994, auge dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas nos anos 90, é a retração dos repasses para investi-